

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

ELIDIANE APARECIDA DE JESUS

**PLANEJAMENTO E INVESTIMENTO DE LONGO PRAZO: UM CAMINHO
PARA A SEGURANÇA FINANCEIRA NA APOSENTADORIA**

VARGINHA-MG

2025

ELIDIANE APARECIDA DE JESUS

**PLANEJAMENTO E INVESTIMENTO DE LONGO PRAZO: UM CAMINHO
PARA A SEGURANÇA FINANCEIRA NA APOSENTADORIA**

Trabalho de conclusão de PIEPEX, apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal de Alfenas, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia.

Orientador: Prof. Marçal Serafim Cândido

VARGINHA-MG

2025

RESUMO

A Previdência Social no Brasil enfrenta grandes desafios, resultando em desequilíbrios financeiros e estruturais, impulsionados pelo aumento da expectativa de vida e pela queda da taxa de natalidade. Com menos jovens ativos contribuindo para o INSS e mais idosos recebendo aposentadoria por mais tempo, os sistemas tradicionais de previdência estão enfrentando grandes dificuldades financeiras para conseguir atender a todos. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo mostrar a importância de realizar investimentos ao longo da vida ativa no mercado de trabalho, a fim de constituir reservas financeiras complementares à aposentadoria pública. A metodologia adotada consistiu em uma revisão narrativa qualitativa, baseada em artigos acadêmicos e publicações oficiais sobre previdência e planejamento financeiro, complementada por simulações de cenários de investimento disponíveis no mercado nacional. Os resultados mostram que, quando bem direcionados, esses investimentos podem ser um suporte valioso para uma aposentadoria mais segura e tranquila. Conclui-se que o planejamento financeiro pessoal, aliado a investimentos estratégicos, é essencial para assegurar uma aposentadoria mais estável e reduzir a dependência exclusiva da previdência pública.

Palavras-chave: taxa de natalidade; planejamento financeiro; aposentadoria; previdência social; investimentos.

ABSTRACT

Social Security in Brazil is facing major challenges, resulting in financial and structural imbalances, driven by rising life expectancy and falling birth rates. With fewer active young people contributing to the INSS and more elderly people receiving pensions for longer, traditional social security systems are facing major financial difficulties in being able to cater for everyone. In this context, the aim of this work is to show the importance of making investments throughout one's working life in order to build up financial reserves to complement public pensions. The methodology adopted consisted of a qualitative narrative review, based on academic articles and official publications on pensions and financial planning, complemented by simulations of investment scenarios available on the national market. The results show that, when well targeted, these investments can be a valuable support for a more secure and peaceful retirement. The conclusion is that personal financial planning, combined with strategic investments, is essential to ensure a more stable retirement and reduce exclusive dependence on public pensions.

Keywords: birth rate; financial planning; retirement; social security; investments.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
1.1 OBJETIVOS.....	6
1.1.1 Objetivo geral	6
1.1.2 Objetivos específicos	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1 O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA.....	7
2.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO	7
2.3 PREVIDÊNCIA SOCIAL X PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA.....	9
2.4 RENDA FIXA	11
2.4.1 títulos públicos	12
2.4.2 títulos privados	13
3 METODOLOGIA.....	144
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	14
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
REFERÊNCIAS.....	18

1 INTRODUÇÃO

Iniciar o planejamento financeiro o mais cedo possível contribui para resultados mais satisfatórios e permite viver a aposentadoria com mais segurança e tranquilidade (Segundo Filho, 2003).

O mercado financeiro brasileiro dispõe de diversas alternativas de investimento acessíveis e regulamentadas, direcionadas a diferentes perfis e objetivos. Embora existam outras opções igualmente viáveis, este estudo opta por concentrar-se na previdência complementar aberta e nos investimentos em renda fixa, por serem instrumentos amplamente utilizados e reconhecidos como estratégias eficazes para a formação de reservas destinadas à aposentadoria e à proteção financeira no longo prazo.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2023) O percentual de pessoas idosas com 60 anos ou mais, comparado à população total aumentou sucessivamente. Em 2010, pessoas idosas com 60 anos ou mais representava 11,3% da população brasileira, já em 2022 esse percentual foi de 15,1% da população.

O aumento da expectativa de vida dos brasileiros e a diminuição da natalidade, fatos já constatados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2023). Levam ao crescimento da população idosa e, conseqüentemente, à redução da população economicamente ativa no país.

Esse cenário demográfico impõe significativa pressão sobre a previdência social, uma vez que as contribuições realizadas pelos trabalhadores em atividade tornam-se insuficientes para custear os benefícios pagos aos aposentados.

Neste contexto, com aplicações em previdência privada aberta ou investimentos em renda fixa, os contribuintes acabam criando reservas financeira para ser utilizado após se aposentar. (Souza, 2021).

Em 2020, em torno de 13,9 milhões de brasileiros já estavam investindo em alguns planos disponíveis da previdência privada, este número indica um reconhecimento dos indivíduos sobre fazer um planejamento financeiro, escolhendo planos que seja compatível com as características de cada indivíduo e que estes investimentos aumentem suas rendas. (Ministério da Economia, 2020).

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Mostrar a importância de optar por um investimento durante a vida e não depender unicamente da previdência pública.

1.1.2 Objetivos específicos

- Conceituar o planejamento financeiro pessoal evidenciando sua relevância para a construção de um futuro financeiramente estável e seguro;
- Apresentar os conceitos e características dos planos de previdência complementar aberta, bem como de modalidades de investimentos em renda fixa disponíveis no mercado financeiro;
- Demonstrar, por meio de simulações, as vantagens e desvantagens de cada um deles.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

A inversão da pirâmide está em andamento e seus impactos já são visíveis. A população do Brasil excedeu 203 milhões de habitantes em 2022 de acordo com as informações do CENSO – acréscimo de 12,3 milhões de pessoas ao total apontado no Censo de 2010, entretanto a taxa anual de crescimento da população brasileira foi a menor já mostrada desde o ano de 1872, apenas 0,52% - no CENSO de 2010 essa taxa era de 1,17%.

De acordo com o IBGE (2023), com a diminuição dos níveis de mortalidade a partir de 1940 e a diminuição dos níveis de natalidade a partir de 1960, começou nos anos de 1970 uma redução na taxa de crescimento da população. A população de idosos no Brasil equivalia em 2010, cerca de 7% da população total. supõe-se que esse percentual dobre até 2030.

Este processo gera impactos em diversas áreas, que podem se agravar caso o país não esteja preparado para lidar com uma população envelhecida, especialmente se o aumento do número de idosos ocorrer de forma acelerada, como ocorre no Brasil. (França, 2012; Miranda, Mendes, & Silva, 2016).

O Brasil já passou por sete reformas previdenciárias (1993, 1998, 2003, 2005, 2012, 2015 e 2019) e, com o crescimento da esperança de vida e a redução das taxas de natalidade, muito possivelmente não se acabarão. Existem várias alternativas para esta instabilidade, elevação da contribuição do trabalhador ao INSS, aumento da idade para aposentadoria e incentivos para que as pessoas durante sua vida adquiram algum investimento em planos de previdência complementar aberta ou em renda fixa disponíveis no mercado, este último é o motivo deste trabalho.

2.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Segundo Assaf Neto e Lima (2015), planejamento financeiro trata – se de determinar metas financeiras, encontrar os mecanismos mais viáveis para chegar no proposito pretendido e gerar técnicas para conduzir os eventos financeiros pessoais.

Conforme Gitman e Zutter (2012) o planejamento financeiro procura potencializar a utilização eficaz dos processos financeiros, melhorar o retorno sobre o investimento escolhido e reduzir os riscos ligados ao plano.

Para Brigham e Houston (2016) o objetivo principal do planejamento financeiro é conceder as pessoas em geral, que todas alcancem suas metas financeira, observando alguns fatores como a renda, despesas, perfil de risco, prazos e objetivos de cada um individualmente. Este processo deve ser constante, pois exige revisões frequentes e ajustes já que as necessidades financeiras de cada indivíduo mudam com o passar do tempo.

Assaf Neto e Lima (2015) argumenta que o planejamento financeiro ajuda a deixar claro as finanças pessoais, pois é através de um planejamento financeiro bem detalhado é possível diminuir os gastos, administrar melhor as dívidas e saber para onde será direcionado os capitais para alcançar as metas predefinidas, evitando as frustrações e instabilidades financeiras.

Segundo Stoner e Freeman (1995) existem dois pontos importantes para a construção de um bom planejamento:

O planejamento possui dois aspectos básicos, que são vitais para a organização: determinação dos objetivos da organização e escolha dos meios para alcançar estes objetivos. Tais aspectos básicos do planejamento apoiam-se em métodos, planos ou lógica, não sendo, portanto, intuitivos. Deste modo, a organização define seus objetivos e o melhor procedimento pra alcançá-los. (STONER; FREEMAN, 1995, p. 7).

Conforme Rezende (2016), os objetivos atuam como um modelo, estimulando a poupança, aplicações e diminuição de dívidas. Determinar metas dentro de um tempo reduzido, intermediário e amplo possibilita uma visão total das finanças individuais de cada contribuinte.

Conforme Franco (2020), procurar informações sobre controle de gastos, investimentos e para tomada de decisões é importante para evitar os erros. Frequentar cursos, aprimorar, ler livros, buscar em fontes confiáveis as informações necessárias, é uma maneira para auxiliar a formação e ter uma base segura e conhecimentos em finanças.

Ao programar com antecedência e investir em um plano adequado, conforme a característica de cada indivíduo, é provável que se garanta um rendimento estável

no momento de se aposentar e com isso manter uma liberdade financeira durante a vida. (Cruz,2019).

Macedo Junior (2010) informa que o planejamento financeiro se trata de uma gestão do dinheiro que tende a garantir o controle dos bens financeiros, para atender as necessidades do dia a dia e alcançar objetivos e sonhos durante a vida.

2.3 PREVIDÊNCIA SOCIAL X PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA

Conforme Palácios e Rocha (2017). A previdência, em síntese, é um sistema de segurança criado para auxiliar no planejamento e para fornecer sensação de segurança financeira sempre que surgir situações inesperadas, como aposentadoria, problemas de saúde, acidentes, deficiência, gravidez ou, por exemplo, a morte de um membro da família. Mais do que números e regras, a previdência representa a ideia de solidariedade entre gerações. Quem trabalha hoje ajuda a sustentar quem já se aposentou ou está impossibilitado de trabalhar, com a certeza de que, no futuro, outros farão o mesmo por nós. É um pacto social construído para proteger as pessoas e tornar a vida um pouco mais tranquila em momentos de incertezas.

Ainda de acordo com Palácios e Rocha (2017) O sistema de previdência pode variar significativamente entre os países, com a análise das distintas políticas sociais, demografia, cultura e situação econômica de cada País. Alguns países dispõem de sistemas previdenciários unicamente públicos, em contrapartida outros países assumem um procedimento mais composto, abrangendo também uma previdência privada.

De acordo com Borja (2009), a Previdência Privada é organizada em duas categorias: Entidades Fechadas de Previdência complementar (EFPC) e as Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC).

As Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC), são constituídas por sociedades anônimas, com fins lucrativos, pode ser contratada por qualquer pessoa física e oferece tanto planos individuais quanto coletivos e são reguladas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), oferecendo uma maior flexibilidade de escolha aos clientes (Sousa,2021).

No Brasil existem 2 planos de previdência complementar, o Plano Gerador de Benefícios (PGBL) e o Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL). (FenaPrevi, 2020)

A previdência é uma estrutura que pode ser dividida em duas etapas: a de acumulação e a de benefício. Durante a acumulação, que é uma fase em que o indivíduo está ativo no trabalho, os valores são aplicados com a intenção de gerar rendimentos para o futuro. E, posteriormente, na etapa do benefício, o participante do plano deixa de contribuir e faz o resgate do seu saldo de maneira integral. Nesse momento há a escolha entre receber o montante de uma única vez ou mensalmente. E, neste caso, pode ou não ser vitalício.

O plano PGBL é o benefício fiscal que possibilita que os aportes mensais sejam deduzidos da base do Imposto de Renda, respeitando o limite de 12% da renda bruta tributável. Esse plano é ideal para quem faz a declaração completa do Imposto de Renda. Esse modelo, por sua vez, é recomendado para quem tem mais despesas do que o normal para abater, tais como gastos com plano de saúde, educação, dependentes, entre outras. O Imposto de Renda será cobrado ao fim do período de investimento. Na hora do resgate, o tributo vai incidir sobre os aportes mais os rendimentos, ou seja, o valor total.

No plano VGBL o Imposto de Renda também é cobrado somente ao fim do período de aplicação e incide apenas sobre os rendimentos. Outro benefício é que o investimento pode passar de 12% da renda anual.

O plano VGBL é mais recomendado para quem faz a declaração simplificada do IR, pessoas que têm poucas deduções a fazer, ou é isento porque ainda não tem renda mínima para a cobrança.

Na tributação de ambos os planos pode seguir duas tabelas: progressiva ou regressiva.

A tabela progressiva é a mesma que vale para os salários. Podendo ir de isento a 27,5% dependendo do valor mensal resgatado, já na tabela regressiva quanto maior o tempo de investimento, menor será a cobrança que incidirá sobre o valor, ou seja, essa tabela começa com 35% para resgates até 2 anos, e a cada dois anos vai diminuindo 5% na tributação, chegando na tributação de 10% após 10 anos. (Silva; Paixão, 2014).

Tanto no plano PGBL quanto no VGBL existe carência mínima para resgate de valores e estes resgates devem ser feitos conforme as regras do contrato, alguns fundos cobram taxa de saída, para desestimular o resgate antecipado do investimento. (Silva; Paixão, 2014).

O Quadro 1, a seguir, apresenta uma síntese das principais taxas aplicadas nos planos de previdência privada PGBL e VGBL, permitindo uma comparação entre as cobranças praticadas em cada modalidade, essas taxas exercem influência direta sobre a rentabilidade final do investimento. Quando elevadas, podem reduzir significativamente o valor acumulado ao longo dos anos, comprometendo o rendimento e a eficiência da reserva formada para a aposentadoria.

Quadro 1 – Síntese das taxas cobradas em planos PGBL e VGBL

Aspecto	PGBL	VGBL
Carência para resgate	sim	sim
Taxa de saída	Pode haver	Pode haver
Taxa de entrada	Pode haver	Pode haver
Taxa administrativa	Sim	Sim
Taxa de performance	Pode haver	Pode haver
tributação	Sobre o total de resgate	Apenas sobre os rendimentos

Fonte: Produzida pela autora (2025)

Tanto no plano PGBL quanto no VGBL existe carência mínima para resgate de valores e estes resgates devem ser feitos conforme as regras do contrato, alguns fundos cobram taxa de saída, para desestimular o resgate antecipado do investimento. (Silva; Paixão, 2014).

2.4 RENDA FIXA

Conforme Brogini (2008), Renda fixa é um tipo de investimento onde as regras de remuneração são definidas no momento da aplicação ou variam de alguma forma seguindo alguma referência conhecida como Selic, CDI ou IPCA. Para quem investe em renda fixa, há incidência de duas alíquotas, imposto de renda retido na fonte (IRRF) e o imposto sobre operações financeiras (IOF).

No caso do IRRF, segundo Puga (2009):

A tributação sobre operações de renda fixa, como CDB, debêntures, notas promissórias, títulos do tesouro público, operações conjugadas com rendimento pré-fixada, entre outras aplicações de renda fixa, tem tributação

com base na tabela regressiva de IR excetuando-se as aplicações em fundos de investimento, que têm tributação diferenciada, conforme categoria do fundo de investimento. (PUGA, 2009, p. 98).

O IOF é um tributo que segue de forma regressiva, sua cobrança ocorre apenas nos resgates realizados em menos de 30 dias da aplicação.

Existem dois tipos de investimentos em renda fixa: os títulos públicos emitidos pelo governo e os títulos privados emitidos pelo banco ou empresas. E os mais comercializados nestas categorias são: Tesouro Selic, Tesouro IPCA, Tesouro Prefixado, CDB, LCI/LCA, Debentures, CRI/CRA, Poupança.

2.4.1 Títulos Públicos

Segundo a CVM (2016), "Os Títulos Públicos são emitidos pelo Governo Federal com o objetivo de captar recursos para o financiamento da dívida pública e das atividades governamentais (educação, saúde, infraestrutura, etc.)."

Segundo Santos (1999), o Tesouro Prefixado (antiga LTN), corresponde a um papel público prefixado, ou seja, com rentabilidade definida no momento da aplicação, de caráter nominativo e que pode ser negociado no mercado. Sua principal finalidade é captar recursos para o financiamento do déficit orçamentário do governo.

Conforme Abreu (2016), ao investir no tesouro prefixado, o investidor tem um risco de crédito muito baixo, já que o emissor dos títulos é o governo federal. A liquidez do título é garantida pelo Tesouro Nacional. O investidor pode negociar os títulos antecipadamente e o imposto de renda é pago sobre o lucro.

O Tesouro Selic (LFT) é um título pós-fixado, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC, a taxa básica de juros da economia (Tesouro, 2025). Ao investir no Tesouro Selic o investidor tem um baixo risco de mercado se comparado a outros tipos de investimentos em renda fixa, a rentabilidade é diária atrelada à variação da Selic e com baixo risco de mercado (Abreu, 2016).

O tesouro IPCA+ tem uma rentabilidade composta pela variação da inflação medida pelo IPCA e uma taxa combinada no momento da compra, garantindo que seu dinheiro não perca poder de compra. Os ganhos são acima da inflação (Tesouro, 2025)

De acordo com informações do Tesouro Direto (2025), o Tesouro Renda + é um título público lançado com o objetivo de atuar como instrumento de aposentadoria

complementar, oferecendo ao investidor a possibilidade de garantir uma renda futura. Atrelado ao IPCA, acrescido de uma taxa real fixa, o título proporciona proteção contra a inflação e rendimento real, desde que mantido até o vencimento.

2.4.2 Títulos Privados

Segundo Lopes et al (2007). Os títulos privados correspondem a instrumentos de captação de recursos emitidos por instituições financeiras, empresas e demais agentes do setor privado, com a finalidade de financiar suas atividades operacionais, projetos de expansão ou reestruturação de dívidas.

Segundo Assaf Neto (2003) O CDB (Certificado de Depósitos Bancários) representa um compromisso futuro de pagamento por parte das instituições financeiras, decorrente da aplicação de recursos em depósitos com prazo determinado, realizados por investidores.

Segundo a Cetip (2025) A remuneração de um CDB pode assumir a forma prefixada ou pós-fixada e a taxa de remuneração é baseada em diversos indexadores, entretanto, costuma-se utilizar a taxa DI Cetip.

De acordo com Cerbasi (2016). O CDB tem cobertura do FGC (Fundo Garantidor de Crédito). E os CDBs estão sujeitos à incidência do Imposto de Renda (IR), conforme a tabela regressiva vigente.

Segundo CVM, (2025). O LCI (Letras de Crédito Imobiliário) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras, com o objetivo de captar recursos que serão direcionados para o financiamento do setor imobiliário. Ao investir em uma LCI, o investidor "empresta" dinheiro ao banco, que utiliza esses recursos em operações ligadas ao mercado imobiliário, como financiamentos habitacionais.

Já a LCA (Letra de Crédito do Agronegócio) é um título de renda fixa com finalidade de fomentar os investimentos no setor do agronegócio e ampliar a oferta de recursos destinados ao financiamento das atividades agropecuárias. (Cetip, 2016).

No LCI e no LCA, umas das principais vantagens das Letras de Crédito destaca-se a isenção do Imposto de Renda para pessoas físicas e as principais desvantagens incluem a indisponibilidade de resgate antes do vencimento e a ausência de liquidez diária.

As debêntures são títulos de dívida emitidos por sociedades por ações (empresas de capital aberto ou fechado), que representam empréstimos feitos por investidores à empresa emissora, com promessa de pagamento de juros e devolução do valor investido no prazo estipulado. Elas não têm garantia do FGC, mas podem oferecer rentabilidades maiores por esse maior risco, sendo alternativas à renda fixa tradicional para investidores que buscam diversificação (Cerbasi, 2008).

Fortuna (2002) cita que caderneta de poupança é a aplicação mais comum e mais utilizada, porém com baixos rendimentos. No mercado existem outros investimentos que apresentam rendimentos melhores.

Conforme o BACEN (2025), os depósitos em caderneta de poupança praticados antes do dia 04 de maio de 2012, tinha como remuneração a TR (Taxa referencial) + 6% ao ano. Após essa data, a regra da poupança estabelece que quando a taxa SELIC ficar igual ou menor que 8,5% ao ano, o rendimento da poupança passará a ser de 70% da taxa SELIC + TR.

3 METODOLOGIA

Este trabalho utilizou a revisão literária narrativa qualitativa para analisar o assunto do planejamento financeiro em investimentos na previdência privada e em renda fixa. A revisão de literatura será direcionada da seguinte forma descrita abaixo:

1. Escolha do tema e coleta dos assuntos: foram utilizadas uma ampla variedade de fontes, incluindo recursos eletrônicos, livros, teses, artigos científicos e publicações disponíveis em plataformas como o Periódicos CAPES, Google Scholar, Elsevier que fala sobre o tema abordado.

2. Análise dos artigos: Os artigos foram escolhidos criteriosamente. Através das informações importantes dos artigos escolhidos foram feitos um estudo comparativo para identificar padrões parecidos e distintos entre os estudos.

3. Foram realizadas simulações com dois tipos de fundos de previdência privada aberta, além de alguns investimentos em renda fixa. O prazo adotado foi de 40 anos, considerando o período da vida em que a pessoa está em idade produtiva e trabalhando. Os aportes mensais foram fixados em 10% do salário mínimo vigente, valor considerado adequado para quem está iniciando no mundo dos investimentos.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os fundos apresentados na Tabela 1 foram selecionados de forma aleatória, apenas para fins de simulação e ilustração. É importante destacar que o mercado financeiro oferece uma ampla variedade de fundos de previdência, com diferentes estratégias, níveis de risco e rentabilidades. Portanto, os resultados aqui demonstrados não representam recomendações de investimento, mas sim um exemplo do impacto que a taxa de juros pode exercer sobre a formação do patrimônio no longo prazo.

Tabela 1 – Simulação plano de previdência

	Arca Grão CIC de Classe de Investimento RF Prev CP Resp LTDA	fundo Gauss Icatu Previdenciário FIC de FIM
Aportes mensais	R\$150	R\$150
Taxas de juros (m)	0,9428%	- 0,4230%
Nº de período	480 meses	480 meses
Valor futuro	R\$ 1.422.353,11	R\$ 30.825,57

Fonte: Produzida pela autora (2025)

Foi realizada uma simulação considerando o fundo Arca Grão CIC de Classe de Investimento RF Prev CP Resp LTDA, que se enquadra na categoria de crédito privado e possui as seguintes características: taxa de administração de 0,59% ao ano e rentabilidade acumulada nos últimos 12 meses de 11,92% ao ano. Levando em consideração que o investidor invista R\$ 150,00 por mês nesse fundo, de forma contínua e sem interrupções, pelo período de 40 anos (480 meses). Ao final de 40 anos, o valor total investido pelo aplicador seria de R\$ 72.000,00, enquanto o montante acumulado projetado alcançaria aproximadamente R\$ 1.400.000,00.

Também foi realizada uma simulação de investimento no fundo Gauss Icatu Previdenciário FIC de FIM, classificado como multimercado e que, nos últimos 12 meses, apresentou uma rentabilidade negativa de -4,96% a.a. A taxa de administração praticada pelo fundo é de 2,00% a.a. valor já está incluso na rentabilidade mencionada. Realizando aportes mensais de R\$ 150,00 durante 40 anos (480 meses). Assumindo-se a manutenção da rentabilidade negativa observada no último ano, ao final do período, o investidor teria aportado R\$ 72.000,00, mas o valor acumulado

estimado seria de aproximadamente R\$ 31.000,00, evidenciando uma significativa perda de patrimônio ao longo do tempo.

A tabela 2 apresentam simulações com investimentos em renda fixa, com aporte mensal fixo de R\$150 durante 40 anos, sem aplicação inicial, considerando as taxas atuais de mercado.

Tabela 2 - Rentabilidade dos planos em renda fixa

Aplicação inicial	Aplicação mensal	Prazo em meses	Taxa Selic ao ano	Taxa DI (CDI) ao ano	IPCA (inflação) ao ano	Taxa referencial
R\$ 0,00	R\$ 150,00	480	14,65%	14,55%	5,50%	0,170%
Categoria	Taxa anual	Rentabilidade de/ mês	Valor bruto	Imposto de renda	Resgate líquido	Rendimento líquido
CDB % do CDI	103%	1,18%	R\$ 3.505.749,31	15%	R\$ 2.990.686,91	R\$ 2.918.686,91
LCI - % do CDI	96%	1,10%	R\$ 2.614.313,71	0%	R\$ 2.614.313,71	R\$ 2.542.313,71
LCA - % fixo	12,85%	1,01%	R\$ 1.850.523,98	0%	R\$ 1.850.523,98	R\$ 1.778.523,98
Tesouro Selic	14,81%	1,16%	R\$ 3.234.483,12	15%	R\$ 2.760.110,65	R\$ 2.688.110,65
Tesouro prefixado	13,73%	1,08%	R\$ 2.376.703,01	15%	R\$ 2.030.997,56	R\$ 1.958.997,56
Tesouro IPCA +	13,01%	1,02%	R\$ 1.936.478,75	15%	R\$ 1.656.806,94	R\$ 1.584.806,94
Tesouro renda +	12,52%	0,99%	R\$ 1.685.357,81	15%	R\$ 1.443.354,14	R\$ 1.371.354,14
Poupança	-	0,50%	R\$ 298.723,61	0%	R\$ 298.723,61	R\$ 226.723,61

Fonte: Produzida pela autora (2025)

Foi elaborado uma tabela comparando diferentes alternativas de investimentos em renda fixa, considerando uma aplicação inicial de R\$ 0,00 e contribuições mensais de R\$ 150,00 ao longo de 480 meses (40 anos). Os principais indicadores econômicos utilizados foram: Taxa Selic de 14,75% ao ano, Taxa DI de 14,65%, Inflação (IPCA) de 5,50% ao ano, e Taxa Referencial de 0,17%.

O CDB com rendimento de 103% do CDI apresentou o melhor desempenho, com um rendimento líquido final de R\$ 2.918.686,91. Os títulos públicos também

apresentaram bom desempenho, especialmente o Tesouro Selic com rendimento líquido de R\$ 2.688.110,65. A poupança, como esperado, foi a aplicação com o menor rendimento, gerando apenas R\$ 298.723,61 ao final do período, demonstrando sua baixa atratividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou o papel dos investimentos em previdência complementar aberta e em renda fixa como instrumentos essenciais para o planejamento financeiro ao longo da vida, especialmente no período pós aposentadoria. Foi apresentado que a população está envelhecendo e a taxa de natalidade diminuindo, causando grandes impactos na previdência pública. Em seguida foi feito a definição de planejamento financeiro e evidenciou sua importância para garantir metas financeiras e conseguir uma aposentadoria mais tranquila.

Foram demonstrados as características e aspectos da previdência complementar disponíveis no mercado. Também foram analisados investimentos em renda fixa mais comercializados e seu retorno durante um período estipulado.

Em síntese, o aperfeiçoamento nas áreas de investimentos e planejamento financeiro aumentara a percepção sobre investimentos disponíveis ou melhores opções no mercado com mais performance.

Ao avaliar as alternativas de investimentos disponíveis, é imprescindível ao investidor considerar fatores como a rentabilidade e os riscos inerentes às aplicações ofertadas pelas instituições.

Lembrando que a escolha de um fundo ineficiente pode praticamente anular os ganhos e até corroer o capital investido ao longo do tempo. Para obter um bom retorno nesse tipo de investimento, é indispensável analisar criteriosamente a rentabilidade, as taxas e a gestão do fundo. Por outro lado, investimentos em renda fixa com rentabilidade acima do CDI demonstram ser mais vantajosos, pois grande parte dos fundos de previdência disponíveis no mercado não alcança os mesmos níveis de retorno oferecidos por esses ativos.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Curso de Administração Financeira**. Editora Atlas, 2015.

ABREU, E. Apostila CPA - 20. Ed. Fevereiro, 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN), 2025. Índices de Preços no Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/comunicadoscopom>. Acesso em 23 março. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN), 2025. Poupança. Disponível em: <https://www4.bcb.gov.br/pec/poupanca/poupanca.asp>. Acesso em 23 março. 2025.

BORJA, C. **Previdência Complementar**: um estudo comparativo entre uma entidade fechada e uma entidade aberta. Santa Catarina: UFSC, 2009.

BRASIL. Ministério da Economia. **Previdência Complementar**: Cartilha de Previdência Complementar para Entes Federativos. Brasília: Secretaria de Previdência, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/previdencia/ptbr/assuntos/previdencia-complementar/mais-informacoes/arquivos/copy_of_prevcomptodos2109_el.pdf. Acesso em 12 março 2025.

BRIGHAM, E. F; HOUSTON, J. F. **Fundamentos da Administração Financeira**. Editora Cengage Learning, 2016.

BROGINI, G. D. **Tributação e benefícios fiscais**. São Paulo: IBPEX, 2008

CENTRAL DE CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA DE TÍTULOS (CETIP). Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/regulacao/oficios-e-comunicados/cetip/. Acesso em 25 maio. 2025.

CENTRAL DE CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA DE TÍTULOS (CETIP). Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-fixa/. Acesso em 25 maio. 2025.

CERBASI, G. **Investimentos inteligentes**: para conquistar e multiplicar seu primeiro milhão. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

CERBASI, G. **Dinheiro**: Os Segredos de Quem Tem. Rio de Janeiro, Sextante, 2016.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Mercado de valores mobiliários brasileiro. Rio de Janeiro: Comissão de Valores Mobiliários, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/consultar-a-superintendencia-de-registro-de-valores-mobiliarios-cvm-sre>. Acesso em: 15 abril. 2025.

CRUZ, M. **Investimentos Inteligentes**: Estratégias para Multiplicar Seu Patrimônio com Segurança. São Paulo: Editora Campus, 2019.

FORTUNA, E. **Mercado Financeiro**: produtos e serviços. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002, 15ª Edição. 624p.

Federação Nacional de Previdência Privada e Vida - FENAPREVI (2020). **Caderno de Coberturas de Pessoas: Planos de Acumulação**. Disponível em: <https://fenaprevi.org.br/conteudos/estatisticas-fenaprevi>. Acesso em: 18 março.2025.

França, L. H. F. (2012). Envelhecimento dos trabalhadores nas organizações: Estamos preparados? In L. H. F. França, & D. V. Stepansky (Orgs.), Propostas multidisciplinares para o bem-estar na aposentadoria (pp. 25-52). Rio de Janeiro, RJ: Faperj.

FRANCO, H. **O Ciclo do Planejamento Financeiro Pessoal**: A Riqueza Começa na Mente. São Paulo: Editora Novo Século, 2020.

GITMAN, L. J.; ZUTTER, C. J. **Princípios de Administração Financeira**. Editora Pearson, 2012

ICATU SEGUROS, 2025. Disponível em: <https://compraprevidencia.icatuseguros.com.br/home>. Acesso em 15 abril 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=idoso>. Acesso em: 11 abril. 2025.

LOPES, A. B. *et al.* **Curso de mercado financeiro**: tópicos especiais. São Paulo: Atlas, 2007; 1ed. 579 p.

MACEDO JÚNIOR, J. S. **A árvore do dinheiro**: guia para cultivar a sua independência financeira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Previdência Complementar no Brasil. 2020 <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar/coletanea-de-normas>. Acesso em: 06 maio 2025.

Miranda, G. M. D., Mendes, A. D. C. G., & Silva, A. L. A. (2016). O envelhecimento populacional brasileiro: Desafios e consequências sociais atuais e futuras. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, 19(3), 507-519. doi:10.1590/1809-98232016019.150140

PUGA, Rodrigo, **Formação de investidores**: supere a poupança e invista em ações no home broker. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo, Investeducar, 2009.

PALACIOS, R; ROCHA, R. **The Oxford Handbook of Pensions and Retirement Income**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

Receita Federal. IOF (Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros). Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/search?origem=form&SearchableText=IOF>. Acesso em 22 abril. 2025.

REZENDE, T. N. **O Primo Rico: O Poder da Educação Financeira**. São Paulo: Editora Gente, 2016.

SANTOS, José Evaristo. **Mercado financeiro brasileiro**. Ed. Atlas, 1999.

SEGUNDO FILHO, José. **Finanças pessoais: invista no seu futuro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

SILVA, A. J; PAIXÃO, R. B; MOTA, F. L. **Planejamento financeiro pessoal: Uma abordagem sobre as contribuições da administração financeira na gestão dos recursos pessoais**. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2014.

SOUSA, Alexandre Rodrigues de. **A previdência complementar como ferramenta para a geração de poupança e a disponibilização de crédito no contexto brasileiro: o caso da Funpresp-Jud (2011 a 2020)**. 2021. 36 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. **Administração**. 2. ed. Rio de Janeiro, Prentice-Hall do Brasil. 1995.

TESOURO DIRETO. Disponível em: <https://www.tesourodireto.com.br/>. Acesso em 29 maio. 2025.